

Vantagens e desvantagens que uma empresa tem ao estabelecer relações comerciais com um Banco Múltiplo e com uma Cooperativa de Crédito

Advantages and disadvantages that a company finds when establishing business relationships with the Multiple Bank and a Credit Union

Ventajas y desventajas que encuentra una empresa al establecer relaciones comerciales con un Banco Múltiple y una Cooperativa de Crédito

Recebido: 25/05/2020 | Revisado: 27/05/2020 | Aceito: 27/05/2020 | Publicado: 12/06/2020

Eduardo Batirola

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6220-133X>

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Brasil

E-mail: edubatirola@hotmail.com

Joana Laura de Castro Martins

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8106-2371>

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

E-mail: joanalauradecastro@hotmail.com

Resumo

Para esse estudo comparativo utilizou-se como instituição financeira um banco múltiplo e uma cooperativa de crédito, onde se pretendeu analisar três produtos essenciais para essas diferentes instituições financeiras de carteiras múltiplas, dentro da área de investimentos ao trabalhar com um produto de renda fixa e também com dois produtos na área de empréstimos. A pesquisa foi de caráter exploratório, descritivo e explicativo, partindo de um estudo de caso, que se desenvolveu através da aplicação de um formulário semiestruturado destinado às instituições financeiras analisadas. Dessa forma o objetivo principal do presente trabalho foi realizar um mapeamento destacando as vantagens e desvantagens de um banco múltiplo e de uma cooperativa de crédito, considerando para análise o Certificado de Depósito Bancário; o Financiamento de veículo novo e o Capital de Giro ou Crédito Rotativo, com a intenção de apresentar informações relevantes para uma empresa que pretende estabelecer relações comerciais com alguma dessas instituições.

Palavras-chave: Instituições financeiras; Certificado de Depósito Bancário; Financiamento de veículo novo; Capital de giro ou Crédito rotativo.

Abstract

For this comparative study, a financial institution was used as a multiple bank and a credit cooperative, in which three essential products were analyzed for these different financial institutions of multiple portfolios within the investment area when working with a fixed income product and also with two products in the area of loans. The research was exploratory, descriptive and explanatory, starting from a case study, which was developed through the application of a semi-structured form for the analyzed financial institutions. Thus, the main objective of the present work was to carry out a mapping highlighting the advantages and disadvantages of a multiple bank and a credit cooperative, considering for analysis the Certificate of Deposit; the New Vehicle Financing and the Working Capital or Revolving Credit, with the intention of presenting relevant information to a company that intends to establish business relations with one of these institutions.

Keywords: Financial institutions; Bankary Deposit Receipt; New vehicle financing; Working Capital or Revolving Credit.

Resumen

Para este estudio comparativo, se utilizó un banco múltiple y una cooperativa de crédito como institución financiera, donde se pretendía analizar tres productos esenciales para estas diferentes instituciones financieras con múltiples carteras, dentro del área de inversión cuando se trabaja con un producto de renta fija y también con dos productos en el área de préstamos. La investigación fue exploratoria, descriptiva y explicativa, basada en un estudio de caso, que se desarrolló mediante la aplicación de una forma semiestructurada para las instituciones financieras analizadas. Por lo tanto, el objetivo principal del presente trabajo fue llevar a cabo un mapeo destacando las ventajas y desventajas de un banco múltiple y una cooperativa de crédito, considerando el Certificado de Depósito Bancario para su análisis; o Financiamento de vehículos nuevos y capital de trabajo o crédito rotativo, con la intención de presentar información relevante para una empresa que tenga la intención de establecer relaciones comerciales con cualquiera de estas instituciones.

Palabras clave: Instituciones financeiras; Certificado de Depósito Bancário; Financiamento de veículos novos; Capital de Trabajo o Crédito Rotativo.

1. Introdução

A contabilidade é uma ciência que tem por objetivo principal estudar as variações quantitativas e qualitativas ocorridas no patrimônio das entidades a que pertence. A ciência que a contabilidade nos mostra hoje abrange um conjunto de técnicas para controlar e organizar o patrimônio das empresas por intermédio da aplicação do seu grupo de princípios, normas e procedimentos próprios, medindo, interpretando e informando os fatos contábeis aos donos das empresas. Nesse sentido Neves (2017, p.10) destaca que

A Contabilidade é uma ciência que possibilita, por meio de suas técnicas, o controle permanente do Patrimônio das empresas. Facilita nas tomadas de decisão, auxilia no controle e gestão da empresa proporcionando melhorias financeiras ao usuário (Neves, 2017, p. 10)

Corroborando com essa perspectiva Marion (2010) ressalta que é possível fornecer, através da contabilidade, o máximo de informações, que auxiliarão na tomada de decisões pelos gestores, contribuindo assim para uma melhor organização em relação ao controle, estudo e registro da empresa. A contabilidade é uma ciência antiga que surgiu com esse intuito, de auxiliar as pessoas na tomada de decisões, “com o passar do tempo o governo começa a utilizar-se dela para arrecadar impostos e a torna obrigatória para a maioria das empresas” (Marion, 2010, p.28)

Os usuários da contabilidade são pessoas físicas ou jurídicas com interesse na entidade, que se utilizam das informações contábeis dela pertencentes para seus próprios fins, de forma permanente ou transitória. Eles podem ser, entre outros, os integrantes do mercado de capitais, investidores, presentes ou potenciais, fornecedores e demais credores, clientes, financiadores de qualquer natureza, autoridades governamentais de diversos níveis, meios de comunicação, empregados, controladores, acionistas ou sócios, administradores da própria entidade, além do público em geral. Em síntese, Neves (2017) destaca que

[...] os usuários da Contabilidade são todos aqueles que direta ou indiretamente utilizam as informações fornecidas por ela, seja para acompanhar o desenvolvimento da empresa, ou para tomar decisões, para explorar as garantias que a empresa disponibilizar para cumprir seus compromissos junto aos seus Clientes, Fornecedores e, principalmente, ao fisco (Neves, 2017, p. 12)

Corroborando com essa ideia Ribeiro (2010) enfatiza que quem usa as informações contábeis são todas as pessoas físicas ou jurídicas que possui “interesse na análise da situação e do progresso da entidade, como titulares, sócios ou acionistas, governo, administradores, clientes, fornecedores, investidores que operam no mercado de capitais, bancos, dentre outros” (Ribeiro, 2010, p. 4).

As empresas de direito público, como a União, os Estados, os Municípios, as autarquias, dentre outras vêm buscando com o tempo diminuir ao máximo seus custos e despesas para obter um lucro líquido maior no final de cada resultado. Dessa forma, os gestores das empresas tendem a buscar por melhores linhas de crédito, que possam agregar renda a sua empresa com melhores taxas para pagamento, e também buscam a melhor forma de investir seu dinheiro para que essa aplicação possa trabalhar a favor da empresa. É necessário ressaltar que as tomadas de decisão de uma pessoa jurídica impactam diretamente o resultado final de um período efetivo, por isso a empresa precisa se preocupar com a instituição financeira que pretende estabelecer relações comerciais, podendo optar por um banco múltiplo ou por uma cooperativa de crédito.

De acordo com o site do Bacen as instituições financeiras são especializadas em intermediar o dinheiro entre poupadores (superavitários) e aqueles que precisam de empréstimos (deficitários), além de custodiar (guardar) esse dinheiro. Ele providencia serviços financeiros para os clientes (saques, empréstimos, investimentos, entre outros). Os bancos são supervisionados pelo Banco Central (BC), que trabalha para que as regras e regulações do SFN sejam seguidas por eles. A manutenção da estabilidade e da solidez do SFN e, conseqüentemente, da economia de um país, passa por um sistema bancário eficiente e seguidor das regras determinadas pelo regulador.

Caixas econômicas são empresas públicas que exercem atividades típicas de banco comercial, com prioridade institucional para concessão de empréstimos e financiamentos de programas e projetos de natureza social. Atualmente, a única instituição desse segmento em atividade é a Caixa Econômica Federal (CEF), vinculada ao Ministério da Fazenda. A CEF integra o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), é gestora dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e de outros fundos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Também é responsável pelo Programa de Integração Social (PIS) e pelo Seguro-Desemprego e detém o monopólio de venda da loteria federal. A CEF prioriza a concessão de empréstimos e financiamentos de programas e projetos nas áreas de assistência social, saúde, educação, trabalho e esporte.

Com isso, o presente estudo buscou por informações que tem como objetivo compreender como um banco múltiplo e uma cooperativa de crédito atuam. Assim foi possível identificar quais são as finalidades dos diferentes bancos e de uma cooperativa e, a partir dessa identificação buscou-se visualizar se os mesmos atendem às necessidades financeiras que as empresas possuem ao utilizar essas instituições. O objetivo do trabalho foi analisar quais são as vantagens e desvantagens que uma pessoa jurídica terá ao estabelecer relações comerciais com um banco múltiplo e com uma cooperativa de crédito. Dessa forma, dois pontos ganharam destaque nessa análise, que são os empréstimos e os investimentos, esse critério se estabeleceu devido a utilização desses movimentos ocorrerem com mais frequência, tanto em bancos convencionais, quanto em cooperativas de crédito, sendo possível ao final da análise tecer relações entre os serviços prestados pelas instituições financeiras analisadas.

1.1 Instituições Financeiras

As financeiras tornaram-se muito populares no Brasil nos últimos anos. Elas são instituições do setor privado que oferecem recursos para financiar a aquisição de bens e serviços, além de recursos para empresas. A captação de recursos pelas financeiras é feita pela oferta a pessoas físicas e investidores das Letras de Câmbio e dos Recibos de Depósito Bancários (RDB). Estas duas alternativas, assim como outras alternativas tradicionais de renda fixa, contam com a garantia do Fundo Garantidor de Crédito, que assegura ao cliente o ressarcimento dos valores investidos em caso de falência da instituição em até R\$ 250 mil.

Nesse estudo foram analisados um banco comercial ou múltiplo e uma cooperativa de crédito. De acordo com a Equipe de Redação do Banco BTG Pactual (2018) o Banco Comercial é provavelmente o tipo mais conhecido de instituição financeira. Os bancos comerciais podem ser públicos, ou seja, que tenha o Estado como sócio majoritário, ou privados. É por meio do banco comercial que grande parte da população brasileira tem acesso aos serviços bancários e realiza as suas movimentações financeiras no dia a dia.

Entre as principais atividades de um banco comercial está a captação de recursos por meio de depósitos à vista (as contas correntes) é também por meio de depósitos a prazo. Para este último, eles estão autorizados a emitir títulos como os Certificados de Depósito Bancário (CDB) e as Letras de Crédito Imobiliário (LCI). O CDB é uma aplicação de renda fixa bastante conhecida do investidor, onde o cliente faz uma espécie de empréstimo ao

banco, onde este determina o valor e fixa períodos em que o interessado não pode movimentar o dinheiro. Já a LCI tem por característica ser emitida por bancos para captar recursos e destinar a empréstimos no setor imobiliário, enquanto a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) irá destinar os empréstimos ao setor de agronegócio.

Segundo a Equipe de Redação do Banco BTG Pactual (2018) os bancos múltiplos são instituições financeiras do setor privado ou público e têm atuação em diversos segmentos do mercado. Um banco múltiplo pode atuar como banco comercial, banco de investimento, no arrendamento mercantil e crédito, além de financiamentos e investimentos. Essas são as características de grande parte dos bancos brasileiros, ao menos daqueles mais conhecidos da população. Para ser chamado de banco múltiplo, a instituição deve ter atuação em pelo menos dois segmentos. Os bancos múltiplos que atuam como bancos comerciais podem fazer a captação de recursos da mesma forma que estes, por depósitos à vista e a prazo. Para o cliente, a atuação em mais de um setor é facilitada, já que é possível realizar diversas ações na mesma instituição.

Informações retiradas da maior rede de cooperativas de crédito do Brasil, Sicoobcredicitrus (2019) destacam que as cooperativas de crédito são instituições formadas por uma associação de pessoas, cujo objetivo é prestar serviços financeiros exclusivamente para os associados da cooperativa. Assim, as pessoas participam de sua gestão e usufruem, ao mesmo tempo, dos seus produtos e serviços. Normalmente, são formadas por pessoas atuantes em um mesmo segmento, que se unem em prol de promover condições para que um determinado setor consiga se fortalecer no mercado. Porém, também podem ser de livre admissão, sendo essa uma modalidade em constante crescimento no país. Nessa modalidade, os associados também são responsáveis por questões essenciais da instituição, eles são donos também das cooperativas de crédito. Os resultados financeiros são divididos entre os cooperados, o que representa um ganho para aqueles que decidam investir nessa área. Para entrar como sócio na cooperativa, normalmente é necessária a realização de integralização em cotas de capital.

2. Metodologia

A pesquisa é de cunho qualitativo e quantitativo, pois visa compreender os objetivos através da coleta de dados, estudando as particularidades e experiências individuais, nesse sentido, os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem “descrever a

complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais” (Richardson, 1999, p. 80). O autor ainda ressalta que a pesquisa qualitativa contribui no processo de mudança de determinado grupo e possibilita um maior nível de profundidade no entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. Compreender os objetivos através da coleta de dados, apontando preferências, comportamentos e outras ações dos indivíduos que pertencem a determinado grupo ou sociedade.

A abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de quantificação “tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, as mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc.” (Richardson, 1999, p. 70). Foi utilizado para a coleta diretamente dos dados numéricos, como, porcentagens, taxas, prazos, formas de pagamento, formas de aplicação, etc.

A pesquisa também pode ser classificada como descritiva e explicativa, partindo de um estudo de caso, que se desenvolveu através da aplicação de questionários semiestruturados destinados as instituições financeiras analisadas nesse estudo, que buscavam compreender como as mesmas vêm trabalhando com os empréstimos e investimentos ao estabelecer essas relações com uma pessoa jurídica. De acordo com Beurer (2006),

A ciência possui inúmeras formas de obter dados para subsidiar seus propósitos. Entendesse que os instrumentos de coleta de dados mais abordados pelas ciências sociais no campo da Contabilidade sejam a observação, os questionários, as entrevistas, os checklists e a pesquisa documental. Assim, faz-se na sequência uma breve incursão teórica nessas técnicas, sem a pretensão de esgotar as particularidades de cada instrumento usado para coletar dados nos trabalhos monográficos do curso de Ciências Contábeis e de áreas afins. (Beurer 2006, p. 128)

O questionário encaminhado as Instituições é apresentado no Quadro 1 que segue:

Quadro 1: Questionário Semiestruturado.

| QUESTIONARIO SEMIESTRUTURADO |
|---|
| Esse questionário tem por finalidade coletar dados que auxiliarão no desenvolvimento de um trabalho de conclusão de curso do acadêmico do curso de Ciências Contábeis Eduardo Batirola, que tem por objetivo verificar quais são as vantagens e desvantagens que uma pessoa jurídica encontra ao estabelecer relações comerciais com um banco múltiplo e com uma cooperativa de crédito. Dessa forma, pedimos a colaboração dessa instituição para responder esse questionário semiestruturado, que pretende analisar como são trabalhados o certificado de depósito bancário; o financiamento de veículo novo e o capital de giro ou crédito rotativo. |
| 1. Em relação ao Certificado de depósito bancário descreva como a instituição trabalha com os seguintes pontos: risco; conceito; aplicação mínima; resgate parcial; saldo mínimo; remuneração; prazo e tributação. |
| 2. O Financiamento de veículo novo, quais as taxas de juros; o valor do Imposto sobre Operações Financeiras; valor da Taxa de Abertura de Crédito; o percentual financiável e a quais garantias para o empréstimo. |
| 3. O Capital de Giro ou Crédito Rotativo, qual taxa de juro cobrada; forma de pagamento e se houver garantia exigida qual for. |

Fonte: Autoria Própria (2019).

O objetivo dessa pesquisa foi aprofundar os conhecimentos para as empresas de pessoa jurídica, sobre as diferenças entre as instituições financeiras aqui apresentadas e analisadas e, também sobre os três diferentes produtos que cada uma delas oferece. O período adotado para a realização deste trabalho teve início em agosto de 2018 e foi finalizado em julho de 2019. A pesquisa se configura como um estudo de caso pegando uma pequena amostra de três produtos bancários de duas instituições financeiras diferentes, analisando e estudando ao máximo o que cada um desses três produtos tinha a apresentar de vantagens e desvantagens para uma empresa de pessoa jurídica.

3. Resultados e Discussão

Como mencionado anteriormente foi analisado três produtos essenciais para as diferentes instituições financeiras de carteiras múltiplas, dentro da área de investimentos foi analisado um produto de renda fixa, o Certificado de Depósito Bancário (CDB), com risco baixo ou baixíssimo, levou-se em consideração para análise uma aplicação de R\$50.000,00. Investigou-se também dois produtos na área de empréstimos, um financiamento de veículo

novo para a empresa e a modalidade capital de giro. Para esse estudo comparativo foi usado como instituição financeira um banco múltiplo e uma cooperativa de crédito.

3.1 Produtos das Instituições Financeiras analisados

Nesse tópico é apresentado uma breve descrição dos produtos das Instituições financeiras, são eles, o Certificado de Depósito Bancário; o Financiamento de veículos novos e o Capital de Giro/Rotativo.

3.1.1 Certificado de Depósito Bancário

Para a Primeira análise foi utilizado o produto de renda fixa com liquidez diária e assegurado pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC), o CDB, o qual é utilizado tanto pelo Banco Múltiplo quanto pela Cooperativa de Crédito que foram investigados. O Certificado de Depósito Bancário é um título que o banco gera a seu favor, garantindo que no vencimento do mesmo, a empresa receberá o valor emprestado ao banco com um rendimento.

De acordo com a Equipe de Redação do BTG Pactual (2017) o Fundo Garantidor de Crédito surgiu em 1995, após uma crescente preocupação das autoridades com a estabilidade do sistema financeiro, com base nas resoluções 2.197 e 2.211 do Conselho Monetário Nacional (CMN). O FGC desde o princípio de suas operações, realiza o pagamento de garantia às pessoas físicas e jurídicas com depósitos elegíveis de até R\$ 250 mil por CPF/CNPJ e por conta com um limite máximo para R\$1.000.000,00, no caso falência de uma instituição financeira assegurado dentro de 4 anos.

A partir do exposto pode-se inferir que as Instituições Financeiras não teriam nenhuma vantagem com essa movimentação, então por que as mesmas realizam essa operação?

Para responder esse questionamento precisamos compreender como as Instituições Financeiras trabalham. Para isso, é necessário entender que as IF têm várias formas de ganhar dinheiro, uma delas é a receita por empréstimos, esse empréstimo de dinheiro não é uma movimentação tão acessível, onde o associado da cooperativa ou cliente do banco tem a permissão de realizar o saque do mesmo a qualquer momento.

Dentro das instituições financeiras existem basicamente dois tipos de clientes, os deficitários e superavitários. Deficitários são aqueles que necessitam tomar dinheiro emprestado das instituições financeiras, o qual é pago através de parcelas acrescidas de um percentual de juros. Superavitários são então os que não precisam pegar emprestado dinheiro, que já tem sua reserva, e aí que entra a parte dos CDB, é a oportunidade que o cliente ou

associado correntista pode então emprestar o dinheiro para as IF, para o qual é pago um pequeno percentual de juros de remuneração.

A escolha pela análise do CDB e não por uma poupança, por exemplo, se deu pelo fato que a poupança é o tipo de investimento onde os juros são pagos na data de aniversário da aplicação e o rendimento só incide sobre o menor valor aplicado. Ou seja, caso for aplicado R\$100,00 no dia 10 de algum respectivo mês, somente no dia 10 do mês seguinte entrará os juros, isso para pessoa física, pois para pessoa jurídica, a qual é o foco deste estudo, a poupança rende a cada três meses e ainda incide imposto de renda de 22,5%.

Dessa forma, optou-se pelos CDB, pois estão atrelados a outros tipos de percentuais, como um índice ou o próprio certificado de depósito interbancário (CDI). Segundo a Equipe da Tororadar (2017) os CDI são títulos emitidos por instituições financeiras que tem por objetivo transferir recursos entre Instituições que possuem reserva e Instituições que requerem capital para cobrir o seu caixa.

Diferente da poupança os CDB cobram o imposto de renda somente sobre o rendimento, não sobre todo o capital, porém sua tabela é regressiva permitindo então a pessoa jurídica nesse caso, como agente superavitário, além de ter um rendimento maior que a poupança pagar mais e acabar recebendo um valor um pouco maior dependendo do tempo em que o dinheiro foi aplicado.

A seguir é apresentado as respostas ao questionário semiestruturado em relação as informações do CDB do banco analisado (Quadro 2) e as informações do CDB da cooperativa de crédito analisada (Quadro 3), seguindo a análise é apresentado o Gráfico 1 com o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) regressivo do CDB e o Gráfico 2 com Imposto de Renda (IR) regressivo do CDB.

Quadro 2: CDB do Banco Múltiplo.

| PONTOS | DESCRIÇÃO |
|------------------|---|
| Denominação | Certificado de Depósito Bancário – CDB |
| Risco | Muito Baixo. |
| Conceito | Operação pós-fixada, que rentabiliza os recursos de acordo com os percentuais progressivos de DI, definidos na contratação. |
| Aplicação Mínima | R\$ 500,00. |
| Resgate Parcial | Admite resgate parcial a partir do próximo dia útil ao da aplicação, no valor mínimo de R\$ 500,00. |
| Saldo Mínimo | R\$ 500,00. |
| Remuneração | Investimento contratado na modalidade Pós-Fixada DI. Resgates Antecipados sujeitam-se a percentuais compatíveis com o prazo de permanência da aplicação iniciando com 85% até o limite de 103% do DI. |
| Prazo | Até 4.999 dias (quase 14 anos) |
| Tributação | IOF E IR |

Fonte: Autoria Própria (2019).

Quadro 3: CDB da Cooperativa de Crédito.

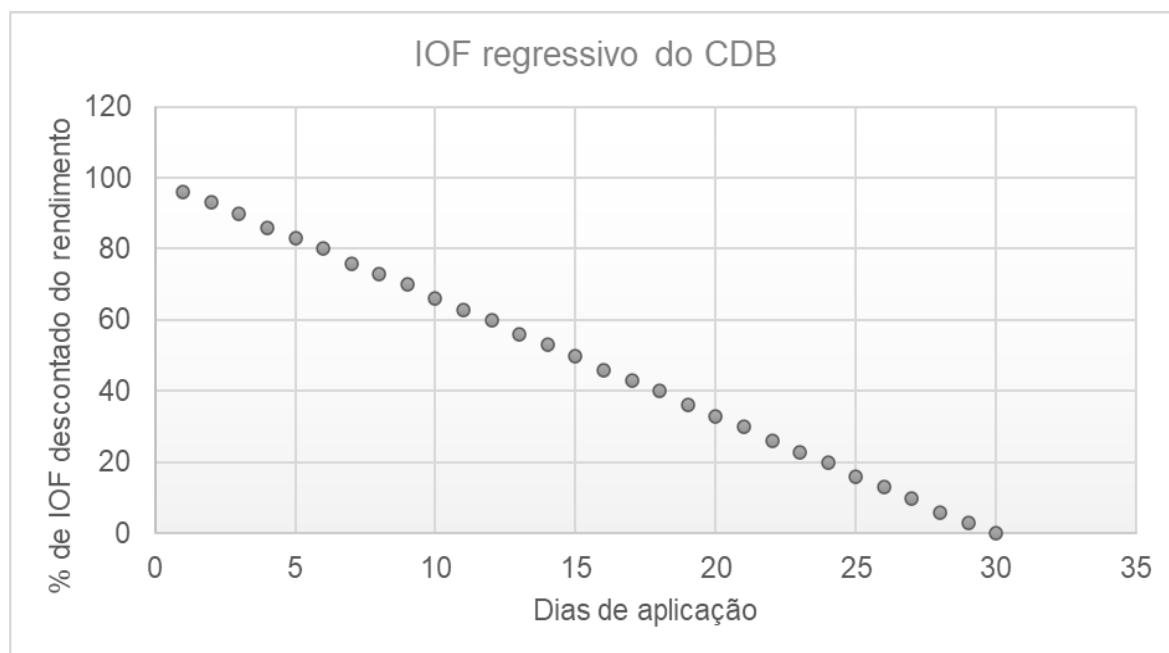
| PONTOS | DESCRIÇÃO |
|------------------|--|
| Denominação | Certificado de Depósito Bancário – CDB |
| Risco | Muito Baixo |
| Conceito | Operação pós-fixada, que rentabiliza os recursos de acordo com os percentuais progressivos de DI, definidos na contratação. |
| Aplicação Mínima | R\$ 50.000,00 |
| Resgate Parcial | Admite resgate parcial a partir do próximo dia útil ao da aplicação, no valor mínimo de R\$ 500,00. |
| Ssaldo Mínimo | R\$ 500,00. |
| Remuneração | Investimento contratado na modalidade Pós-Fixada DI. Resgates Antecipados sujeitam-se a percentuais compatíveis com o prazo de permanência da aplicação de 95% até o limite de 102% do DI. |
| Prazo | Até 3650 dias (10 anos) |
| Tributação | Somente Imposto de Renda sobre o rendimento, pois esta aplicação possui um prazo de carência pelo menos 30 dias. |

Fonte: Autoria Própria (2019).

Percebe-se da análise desses dois quadros comparativos que as características do CDB analisado pelo banco são semelhantes ao da cooperativa de crédito, constatando apenas uma divergência no tempo de aplicação; aplicação mínima e no percentual de rendimento que é pago.

Para alguns fundos de investimento a Receita Federal criou uma tabela para a cobrança do IOF, que incide sobre os rendimentos brutos obtidos até o 29º dia da aplicação. Esta tabela possui alíquotas que vão diminuindo de acordo com o prazo de permanência dos recursos investidos. A empresa poderá resgatar suas aplicações a qualquer momento com um respectivo rendimento, mas se a empresa mantiver suas aplicações por pelo menos 29 dias, estará isenta da cobrança do IOF em suas aplicações. A seguir apresenta-se um gráfico para ilustrar a porcentagem de IOF descontado do rendimento, caso a empresa tente resgatar sua aplicação dentro do prazo de 29 dias:

Gráfico 1: IOF regressivo do CDB.



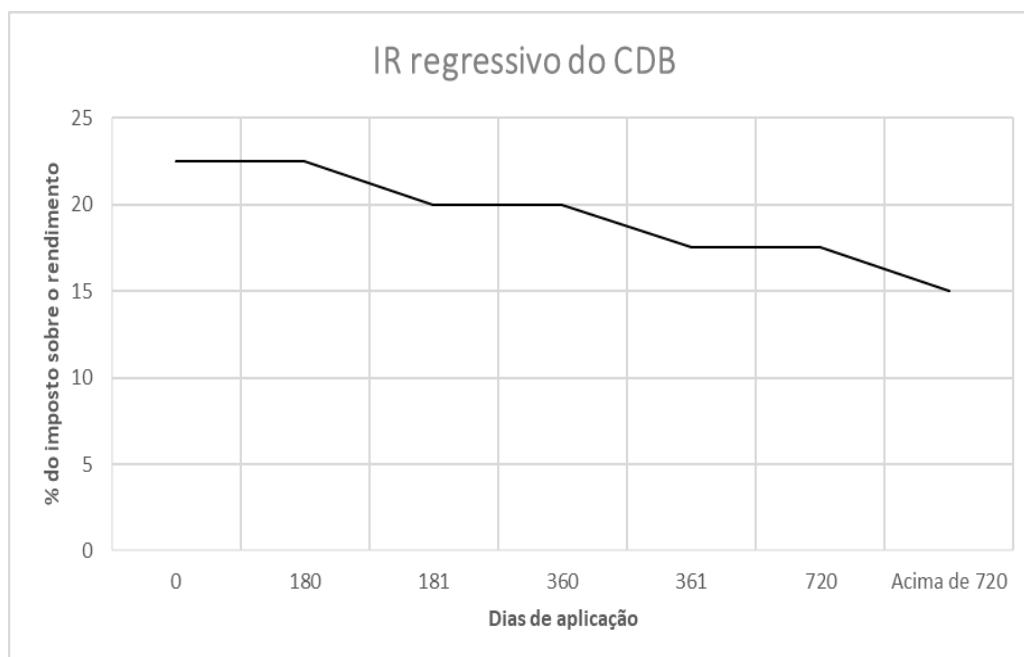
Fonte: Autoria Própria (2019).

A análise do Gráfico 1, mostra a alíquota de IOF que irá incidir sobre o rendimento bruto nos resgates efetuados em aplicações com até 29 dias. Por exemplo, para uma aplicação com resgate após 5 dias, haverá incidência de 83% sobre o rendimento bruto; e, em 29 dias, 3%.

Com base em uma experiência profissional, tanto em um banco múltiplo quanto em uma cooperativa de crédito e estudos sobre o Sistema Financeiro Nacional (SFN), o Imposto de Renda (IR) pode ser cobrado sobre algumas aplicações. Isso é natural da economia do Brasil, sendo cobrado em alguns investimentos tanto em renda fixa quanto variável, vale lembrar que mesmo pagando o IR, ainda há um rendimento maior que a poupança, por exemplo.

O IR incide somente sobre o rendimento e não sobre o valor do montante como geralmente ocorre dúvida, exemplo R\$ 10.000,00 aplicados, rende R\$1.000,00 em 200 dias de aplicação. O imposto a ser recolhido será 20% sobre os R\$1.000,00, essa relação de recolhimento é mostrada no gráfico abaixo:

Gráfico 2: IR regressivo do CDB.



Fonte: Autoria Própria (2019).

A análise do Gráfico 2, mostra a alíquota de IR que irá incidir sobre o rendimento bruto nos resgates efetuados, nos primeiros 180 dias a alíquota é de 22,5%; 181 à 360 dias alíquota é de 20%; de 361 à 720 dias alíquota é de 17,5% e acima de 720 dias a alíquota incidente é 15%.

3.1.2 Financiamento de Veículos

Os financiamentos para compra de veículos novos podem ser realizados em três modalidades: Crédito Direto ao Consumidor (CDC), leasing e consórcio. Nesse estudo a modalidade analisada foi o CDC, onde o consumidor realiza um financiamento no banco para comprar o veículo, esse, por sua vez, fica de posse do comprador, mas não pode ser negociado até que seja quitada a operação total. A pessoa jurídica tem a liberdade de realizar o contato diretamente com o banco, sem intermediação da loja vendedora do automóvel (concessionária), podendo negociar a forma de pagamento e a taxa de juros, que são fixadas no início do contrato e não sofrem alterações durante o pagamento das prestações.

Além da taxa de juros cobrada na operação, são cobradas também do cliente o Imposto de Operações Financeiras (IOF) e a Taxa de Abertura de Crédito (TAC), sendo o primeiro igual às duas Instituições e o segundo leva em consideração as particularidades de cada instituição financeira. O IOF padrão cobra 0,38% do valor financiado, cobrando também um

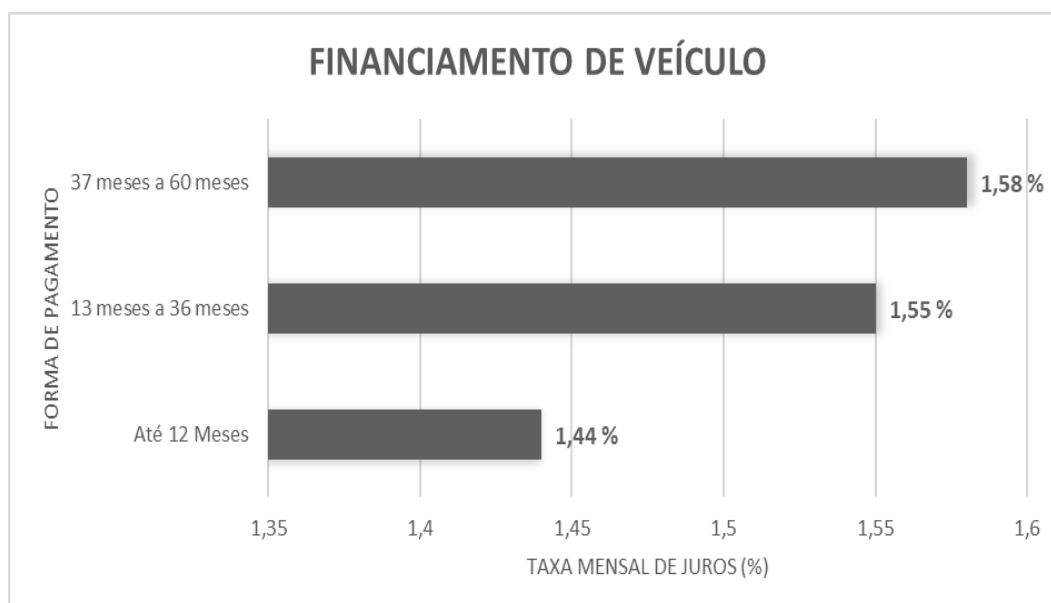
IOF adicional de 0,082% vezes o número de dias para o pagamento da operação, não podendo ser superior a 3% de todo o período do financiamento.

Caso uma Pessoa Jurídica financie um automóvel em sessenta prestações, o IOF cobrado será de 0,38% mais um adicional de 3%, vale ressaltar que o IOF não pode ser financiado junto com a operação, somente quando for para Pessoa Física. Até o ano de 2014 as cooperativas financeiras não cobravam imposto sobre as operações, isso era uma vantagem, porém isso não é mais possível na atualidade e, independente da instituição financeira, o IOF será cobrado da mesma maneira.

A TAC analisada no banco aqui apresentado cobra 2% do valor da operação, sendo limitada a um mínimo de R\$45,00 e um máximo de R\$600,00. Caso a empresa realize uma operação de R\$ 50.000,00, 2% daria R\$ 1000,00, então se a operação tiver um valor muito elevado como este, não poderá ultrapassar o valor máximo a que a TAC se limita. Em contrapartida, a TAC da cooperativa de crédito não tem valor mínimo nem máximo, a TAC tem o seu valor a ser cobrado de R\$ 800,00. Então mesmo a operação sendo num valor muito elevado ou muito baixo o valor a ser cobrado é o mesmo, e pode ser financiado junto com a operação.

A seguir é apresentado o Gráfico 3, que traz a análise de como ocorre o financiamento de veículos novos no banco investigado e o Gráfico 4 que traz a mesma análise, só que na cooperativa de crédito investigada.

Gráfico 3: Financiamento de veículo pelo Banco.

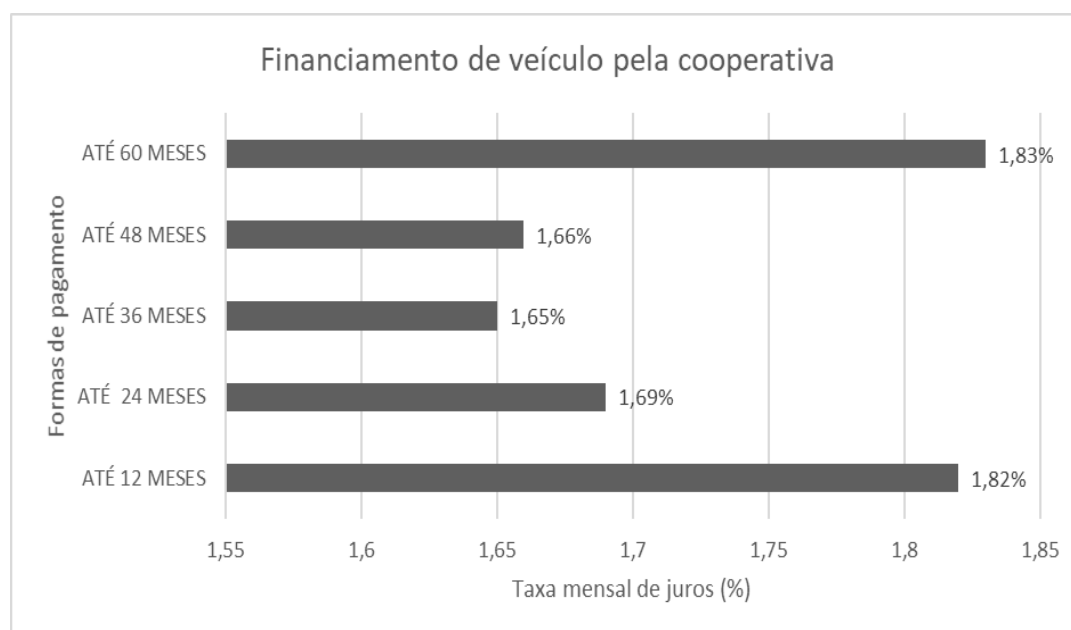


Fonte: Autoria Própria (2019).

O Banco analisado consegue financiar de 80% a 100% do veículo, trabalhando com taxas a partir do risco de cada cliente, então quanto maior o risco, maior será a taxa cobrada nos financiamentos, as taxas e prazos apresentados no gráfico acima são para clientes de Risco 1, ou seja, o grau de risco mais baixo, por consequência foram apresentadas as menores taxas. Vale ressaltar que essas taxas são fixas, portanto, não importa se o cliente tem um bom relacionamento com o Banco, a taxa ainda será a mesma.

As Instituições Financeira não são obrigadas a liberar o crédito para o cliente para evitar inadimplência, então como financiamentos de carros geralmente são valores altos, o banco acaba exigindo algumas garantias, como esta modalidade é realmente financiamento, o próprio carro acaba entrando como garantia, sendo alienação fiduciária, isto significa que, não é penhor, pois quando algum objeto é penhorado é diretamente do banco, já alienação é uma “procuração” um documento que permite que a instituição financeira possa se apropriar do veículo caso a inadimplência seja grande e não tenha previsão do pagamento. Claro que dependendo do risco do cliente até um ou dois avais podem ser pedidos para dar andamento a operação. A seguir é apresentado um gráfico referente ao financiamento de veículo pela cooperativa.

Gráfico 4: Financiamento de Veículo pela Cooperativa.



Fonte: Autoria Própria (2019)

A Cooperativa de Crédito analisada, difere do banco, pois suas taxas são fixas independente do grau de risco do cliente, não há essa distinção, sendo padrão para todos,

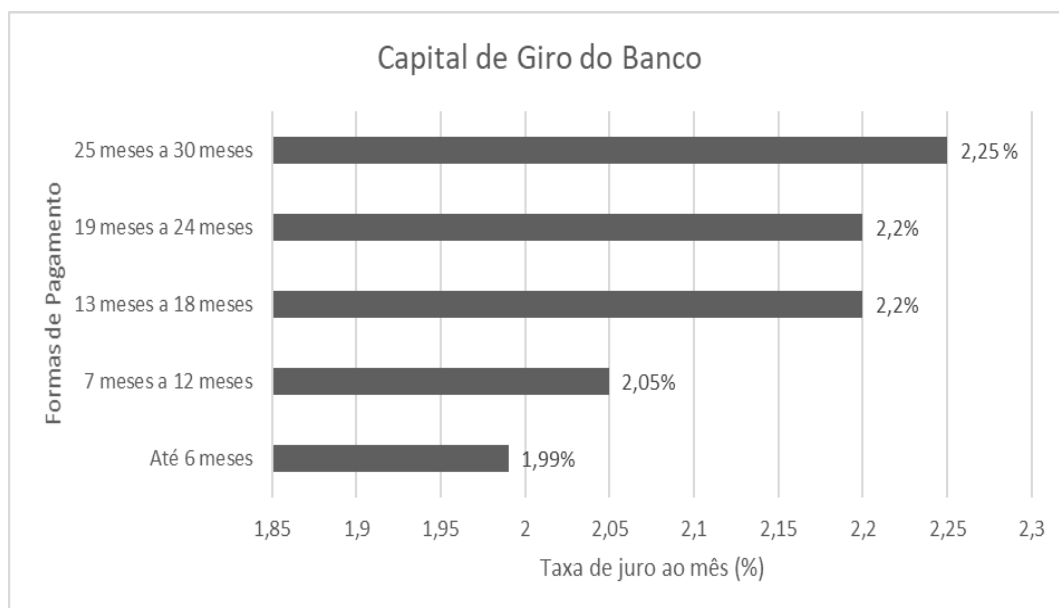
possuí mais opções de financiamento com um prazo máximo de 60 meses. As taxas também são fixas, portanto, não é possível negociar uma taxa diferenciada para associados de diferentes riscos. A cooperativa de crédito analisada faz seu financiamento de no máximo 90% do valor do carro.

A garantia de financiamento será o próprio automóvel através da alienação fiduciária, no qual o carro como o próprio nome diz fica alienado e não penhorado, pois a alienação permite que fica no nome do proprietário e não da instituição financeira, e por ventura a cooperativa pode exigir também um aval para o pagamento.

3.1.3 Capital de Giro

O terceiro produto analisado foi o Capital de Giro para o banco e o Crédito Rotativo para a cooperativa, essa análise levou em consideração que essa linha de crédito é muito utilizada entre os comerciantes. O Capital de Giro e o Crédito Rotativo são linhas de crédito que cada pessoa jurídica pode encontrar em contato com o gerente do banco ou o gerente de sua carteira para adquiri-la. A principal função dessa modalidade de CDC é para atender as necessidades de caixa que eventualmente a empresa possa ter, exemplo pagar fornecedores, expandir negócios etc. A seguir é apresentado um gráfico (Gráfico 5) com as informações sobre o Capital de Giro do banco analisado, o crédito rotativo não foi analisado, pois a cooperativa não passou essa informação, alegando que são geradas taxas diferenciadas para cada cooperado, não possuindo uma padronização.

Gráfico 5: CDC Capital de Giro Banco.



Fonte: Autorial Própria (2019).

O gráfico acima apresenta o prazo e as taxas para esse CDC do Banco, sendo para clientes de risco 1, que significa o melhor perfil de cliente para esse Banco, e por isso tem as menores taxas nos melhores prazos, clientes de risco maior, teriam taxas maiores e prazos menores. Geralmente não há garantias neste tipo de crédito, por isso, antes de conceder ao cliente é feita uma análise do perfil do cliente, estudando o seu comportamento como pagador nos comércios em geral, e se houver uma resposta positiva, o crédito é liberado. Caso o resultado não for positivo, o crédito poderá ser liberado somente com aval ou algum outro tipo de garantia.

Já em relação a Cooperativa de Crédito, não foi obtido informações sobre este produto, pois eles não trabalham com perfis fixos de associados, cada associado acaba tendo um score/risco diferente um do outro. Assim, o próprio sistema já calcula o valor do limite que pode ser tirado, o prazo para pagamento e a taxa mensal para pagamento. Esse como o produto do Banco não necessita de garantias, pois não são limites muito altos gerados, porém pode ser exigido dependendo do associado.

3.2 As vantagens e desvantagens na comercialização de serviços prestados

Após a análise de cada produto de forma individual e de cada instituição financeira, são apresentadas a seguir três quadros comparativos, com o objetivo de apresentar em quais pontos elas destacam em relação a outra. Nos quadros, pode-se observar uma letra

“X”, que representa os pontos em que cada uma se destaca em relação aos produtos analisados. Caso não houver marcação, significa que apresentam informações semelhantes em determinado ponto.

3.2.1 Certificado de Depósito Bancário

Quadro 4: Comparativo dos Certificados de Depósito Bancário.

| BANCO COMERCIAL | PONTOS COMPARADOS | COOPERATIVA DE CRÉDITO |
|----------------------------|------------------------------|-----------------------------------|
| | Risco | |
| | Conceito | |
| X | Aplicação mínima | |
| | Resgate parcial | |
| | Saldo mínimo | |
| | Remuneração | X |
| X | Prazo | |
| | Tributação | X |

Fonte: Autoria Própria (2019)

Partindo da ideia inicial da pesquisa, onde considerou-se um investimento com aplicação inicial de R\$ 50.000,00, depreendeu-se que ambas Instituições se equiparam, pois o valor mínimo para resgate e o mínimo para manter o dinheiro aplicado serão os mesmos. Dessa forma não foi considerado, como uma vantagem, o banco apresentar um valor de aplicação menor em relação a cooperativa.

Em relação ao prazo o Banco se destaca por oferecer um período máximo de aplicação maior que a Cooperativa de Crédito, possuindo um prazo de quase 14 anos, enquanto a cooperativa concede no máximo 10 anos. A Cooperativa de Crédito se destaca em relação ao rendimentos, por mais que o Banco ofereça um tempo de aplicação maior para ficar rendendo e um percentual maior no seu ápice de rendimento a Cooperativa oferece 10% a mais de remuneração sobre certificado de depósito interbancário (CDI), enquanto o Banco oferece 85% do CDI a Cooperativa oferece 95%, até o Banco atingir esse grau de rendimento é necessário um tempo maior, que também faz com que a cooperativa aumente seu percentual de rendimento.

A tributação é basicamente a mesma em ambas aplicações, a Cooperativa se destaca por ter uma carência de no mínimo um mês para resgate, fazendo com que o IOF não seja cobrado. Por fim, ao considerar que as empresas almejam bons rendimentos, considera-se que a pessoa jurídica teria mais vantagens aplicando seu dinheiro na Cooperativa de Crédito.

3.2.2 Financiamento de Veículos

Quadro 5: Comparativo de Financiamento de Veículos.

| BANCO MÚLTIPLO | PONTOS COMPARADOS | COOPERATIVA DE CRÉDITO |
|-----------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| | Prazo | |
| X | Taxa de juros ao mês | |
| X | Demais taxas que são cobradas | |
| X | Percentual para financiamento | |

Fonte: Autoria Própria (2019).

Nesse produto foram analisados quatro pontos, o primeiro foi o prazo, nesse ponto ambas instituições financeiras apresentam informações semelhantes, pois o Banco e a Cooperativa possuem um prazo máximo de 60 meses para parcelamento. O Segundo ponto é a taxa de juros ao mês, levando em consideração que a empresa estaria investigando em qual instituição seria melhor estabelecer relações comerciais, deduzindo que seu risco é baixíssimo, a melhor opção de financiamento para veículo seria o Banco, pois as taxas de juros mensais para clientes de risco 1, são mais atrativas contra as taxas da cooperativa que nesse produto não se faz distinção de associados, para todos é a mesma taxa.

O terceiro ponto são as demais taxas cobradas, nesse caso mais em específico, a Taxa de Abertura de Crédito (TAC), onde Banco também se destaca por oferecer um modo de pagamento mais completo, 2% é cobrado do valor solicitado limitado há R\$600,00, enquanto na Cooperativa, independentemente do valor solicitado o valor da TAC é de R\$ 800,00.

O quarto e último ponto analisado é o valor máximo que pode ser financiado o Veículo, nesse caso o Banco novamente se destaca pelo fato de poder financiar até 100% do valor do veículo enquanto a cooperativa pode financiar até 90% do valor. Portanto nesse ponto para a Pessoa Jurídica é mais vantajoso trabalhar com o Banco, justamente por se destacar em três dos quatro pontos analisados em relação a Cooperativa de Crédito.

3.2.3 Capital de Giro

Quadro 6: Comparativo CDC Capital de Giro.

| BANCO COMERCIAL | PONTOS COMPARADOS | COOPERATIVA DE CRÉDITO |
|----------------------------|------------------------------|-----------------------------------|
| X | Prazo | |
| X | Taxa de juros ao mês | |

Fonte: Autoria Própria (2019).

O Capital de Giro e o Crédito Rotativo são um dos produtos mais relevantes para uma empresa, ambos são de suma importância para cobrir uma falta de caixa, ou aproveitar uma grande oportunidade. Porém nesse caso somente o Banco trabalha com padronização de prazos e juros, diferenciando clientes dependendo do seu risco, já a Cooperativa de Crédito não trabalha desta forma para este produto, quando for feito o pedido o próprio sistema analisa o Score da pessoa, determinando um limite, um prazo e uma taxa para cada associado. Portanto não foi possível trazer informações concretas sobre esse produto da Cooperativa, tornando assim mais interessante para a empresa optar em trabalhar com o Banco, por possuir uma padronização.

4. Considerações Finais

A presente pesquisa se constituiu em um estudo de caso para visão de uma empresa ao abrir relacionar-se com uma Instituição Financeira (IF), no qual foi utilizado pesquisa documental através de livros e sites para introduzir aos conhecimentos bancários e pesquisa de campo o qual foi utilizado entrevistas e questionários para comparar três produtos/serviços prestados em duas instituições financeiras, um banco múltiplo e uma cooperativa de crédito,

um produto na área dos investimentos, Certificado de Depósito Bancário (CDB), e outro dois na área de empréstimos, Financiamento de Veículos novos e Capital de Giro ou Crédito Rotativo.

O CDB do banco apresenta uma forma mais viável de realizar uma aplicação, devido seu valor mínimo ser de R\$ 500,00, enquanto a cooperativa de crédito apresenta um valor mínimo de R\$50.000,00. O prazo máximo de aplicação do banco também é mais atrativo por permitir uma duração maior, de quase 14 anos, enquanto a cooperativa possui duração de 10 anos. Em relação ao rendimento o CDB do banco possui rendimento inicial 85% do CDI estendendo até 103% do CDI, nesse caso a cooperativa se destaca com seu rendimento inicial 95% do CDI estendendo até 102% do CDI. Como o estudo já considerou uma aplicação inicial de R\$ 50.000,00, o CDB da Cooperativa se torna mais atraente para a empresa que busca esse serviço, pois o rendimento acaba sendo maior ao final da aplicação.

Da análise do financiamento para veículos novos constatou-se que ambas instituições financeiras têm como prazo máximo 60 parcelas para pagamento, o Banco apresenta taxas mais atraentes em relação a Cooperativa de Crédito. Considerando que quem busca esses serviços é uma empresa nova e deduzindo que seu risco é baixo, a melhor opção de financiamento para veículo seria o Banco, pois as taxas de juros mensais para clientes de risco 1, são mais atrativas em relação as taxas da cooperativa, que ao trabalhar com esse serviço não faz distinção de associados, ou seja, para todos é a mesma taxa.

Ao analisar o crédito de Capital de Giro ou Crédito Rotativo obteve-se respostas apenas do banco, a cooperativa não pode disponibilizar os dados, pois não padronizam os perfis de clientes, assim como o banco que por sua vez padroniza taxas para determinado perfil de risco. Por fim este trabalho procurou analisar apenas esses três produtos. Cada empresa possui suas particularidades, com isso cabe a pessoa jurídica a escolha pela instituição irá suprir suas necessidades e corresponder seus objetivos, portanto esse trabalho buscou fazer um mapeamento destacando as vantagens e desvantagens de um banco múltiplo e de uma cooperativa de crédito, considerando para análise o Certificado de Depósito Bancário; o Financiamento de veículo novo e o Capital de Giro ou Crédito Rotativo, com objetivo de apresentar informações relevantes para uma empresa que pretende estabelecer relações comerciais com algumas dessas instituições.

Referências

Andrade, M. M. (2002). *Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas*. 5. ed. São Paulo: Atlas.

Arcuri, N. (2019). *Tudo Sobre CDB!* Disponível em: <<https://mepoupenaweb.uol.com.br/investimentos/tudo-sobre-o-cdb/>>. Acesso em: 01 jun.

Banco Central do Brasil (Comp.). (2019). *Sistema Financeiro Nacional*. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/sfn>>. Acesso em: 22 abr.

Banco Central do Brasil. (2019). *O que é uma instituição financeira?* Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/bancoscaixaseconomicas>>. Acesso em: 01 jun.

Beurer, IM. (1977). *Como elaborar trabalhos monográficos de contabilidade*, 2006.

Bruyne, P; Herman, J.; Schoutheete, M. . *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

BRASIL. Constituição (1971). *Lei das Cooperativas: Lei 5764/71*. Congresso Nacional, <http://www.portaldecontabilidade.com.br/>

Cervo, A. L & Bervian, A. (1983). *Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários*. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil.

Equipe de Redação do BTG Pactual. (2018). *O que é Instituição Financeira e quais o Banco Central supervisiona?*. Disponível em: <<https://www.btgpactualdigital.com/blog/investimentos/o-que-e-instituicao-financeira-e-quais-o-banco-central-supervisiona>>. Acesso em: 17 maio 2019.

Equipe de Redação Tororadar Investimentos. (2017). *O que é CDB?*. Disponível em: <<https://www.tororadar.com.br/investimentos/cdb-rendimento-o-que-e>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

Equipe Itau. (2019). *IOF regressivo*. Disponível em: <http://www.itauinvestnet.com.br/itauinvestnet/fundos/conheca_fundos/iof_pop.htm>. Acesso em: 02 maio 2019.

Equipe Sicoobcredicitrus. (2019). *Você sabe quais os tipos de instituições financeiras que temos no Brasil?*. Disponível em: <<https://credicitrus.blog/2019/02/27/tipos-de-instituicoes-financeiras/>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

Franke, W. 1973. *Direito das sociedades cooperativas*. São Paulo: Edusp.

GIL, A. .C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas.

Iudícibus, S. (2007). *Manual da Contabilidade das Sociedades Fipecafi*.

Lopes, T. (2011). *Historia dos Bancos*. Disponível em: <<https://www.historiadetudo.com/bancos>>. Acesso em: 22 maio 2019.

Marion, J. C. (2009). *Contabilidade Básica*. 10.ed. São Paulo: Atlas.

Marion, J. C. (2015). *Contabilidade Empresarial*, São Paulo: Atlas.

Massadar, R. (2018). *Tudo sobre CDB: o que é, rendimento e como investir*. Disponível em: <<https://financeone.com.br/tudo-sobre-cdb-rendimento-como-investir/>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

Meinen, Ê & Port, M. (2014). *Cooperativismo Financeiro, percurso histórico, perspectivas e desafios*.

Neves, P. V. S. (2017). *Contabilidade básica*. 17. ed. São Paulo: Saraiva.

Quintana, A. C. (2014). *Contabilidade Básica*. São Paulo: Atlas.

Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas.

Silva, M. B & Grigolo, T. M (2002). *Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II. Caderno Pedagógico. Florianópolis: UDESC.*

Stumpf, K. (2016). *Sistema Financeiro Nacional Estrutura e Funções*. Disponível em: <https://www.topinvest.com.br/sistema-financeiro-nacional-estrutura-e-funcoes/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

Wawrzeński, D. (2015). *Como os Bancos Ganham Tanto Dinheiro?*. Disponível em: <https://www.bussoladoinvestidor.com.br/como-os-bancos-ganham-tanto-dinheiro/>. Acesso em: 22 maio 2019.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Eduardo Batirola – 50%

Joana Laura de Castro Martins – 50%